



10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Direitos Geracionais (Família, infância, juventude e velhice)

Juventude rural do Estado do Rio de Janeiro-Brasil

André Augusto Pereira Brandão¹
Sidimara Cristina de Souza²
Hevenly Mendes Ventura³

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a categoria juventude com o intuito de analisar o perfil dos jovens agricultores do Estado do Rio de Janeiro. Para tal caracterização foi utilizado um banco de dados com 1.667 questionários, desses, 105 foram respondidos por jovens. Sendo que 40,95% eram do sexo feminino e 56,05,3% se caracterizavam como negros e 29,89% tinham vínculo afetivo por meio da união estável ou do casamento. O recorte realizado nos permitiu identificar quem são os(as) jovens agricultores(as) familiares que constituem como futuros protagonistas no cenário rural, mesmo que no presente esses sejam estigmatizados e tratados como coadjuvantes.

Palavras-chave: Juventude; Política Social; Rio de Janeiro.

Rural youth in the State of Rio de Janeiro-Brazil

Abstract: This study aims to analyze the youth category with the aim of analyzing the profile of young farmers in the State of Rio de Janeiro. For this characterization, a database with 1,667 questionnaires was used, of which 105 were answered by young people. 40.95% were female and 56.05.3% were black and 29.89% had an emotional bond through a stable union or marriage. The selection made allowed us to identify who are the young family farmers who constitute future protagonists in the rural scenario, even if at present they are stigmatized and treated as supporting characters.

Keywords: Youth; Social Policy; Rio de Janeiro.

Introdução

Ao longo do tempo, a categoria jovem tem sido associada a outros grupos, negligenciando sua identidade formada por diversos elementos, tais como faixa etária, estágio de vida, geração e representação social (VIEIRA, 2004). Conforme Carneiro (1999), o jovem é uma categoria frequentemente objetivada, não recebendo uma qualificação específica por parte dos analistas, os quais geralmente atribuem características de outros grupos para defini-lo. Dessa forma, o indivíduo é muitas vezes identificado apenas como "estudante", "filho do agricultor" (ou "da agricultora"), ou por outras denominações que não reconhecem plenamente sua condição de "jovem".

¹ Doutor, Professor do Programa de Estudos Pós – Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Email: andre_brandao@id.uff.br

² Doutora, Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Email: sidi.mara@hotmail.com

³ Graduanda em Serviço Social - Universidade Federal Fluminense – Bolsista do Programa BIBIC. Email: hevenlyanjios@gmail.com

Segundo Battestin (2009), a desvalorização do jovem rural pode ser associada ao status que ele ocupa no processo de socialização e na divisão das atividades laborais dentro do sistema familiar. Nesta, e na sociedade, o jovem é caracterizado como aprendiz, seja na agricultura familiar, seja em qualquer outra atividade, e isso acaba por tornar-se um dos motivos da invisibilização do jovem rural.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2009), vários esforços têm sido realizados, desde o ano de 2005, no intuito de viabilizar a construção de uma Política Nacional de Juventude. Por esse motivo, a Secretaria Nacional de Juventude tem feito apelos constantes para que os diversos ministérios (no planejamento ou na execução das políticas setoriais) considerem as singularidades da juventude, levando em conta três faixas etárias: de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos, e de 25 a 29 anos.

Para Weisheimer (2009), embora existam diversos critérios cronológicos para delimitar ou caracterizar a juventude (que se mostram convenientes para as pesquisas), o critério de idade cronológica para definir a “juventude” é deficiente e arbitrário. Ele não considera as diferenças entre idade biológica e idade social, uma vez que a categoria juventude é constituída por vários elementos, dentre eles a idade.

Para não subsumir às diferentes realidades, conforme advertência de Bourdieu (1984), para este estudo considera-se o termo “jovens rurais” como os filhos de agricultores familiares rurais, e não a juventude rural em sentido amplo. Assim, não se pretende com o uso da “faixa etária” reduzir ou simplificar um universo que é tão complexo, mas limitar o público em uma amostragem. Neste sentido, o estudo apresentado tem como objetivo analisar a categoria juventude com o intuito de compreender qual o perfil dos jovens agricultores do Estado do Rio de Janeiro.

Para a efetivação do estudo foi realizado uma pesquisa quanti e qualitativa por meio do levantamento de dados primários, com a aplicação de 1.667 questionários. No qual foi identificado 105 jovens dos municípios das mesorregiões do estado do Rio de Janeiro (Nordeste Fluminense, Norte Fluminense, Centro-Fluminense, Baixadas, Metropolitana e Sul Fluminense). A pesquisa foi realizada no ano de 2020 e foi finalizada no ano de 2021, tendo a participação de uma pesquisadora do pós-doutorado em Política Social e uma bolsista de iniciação científica da Faculdade de Serviço Social, ambas da Universidade Federal Fluminense.

Para desenvolver o trabalho levou-se em consideração as particularidades das realidades dos jovens rurais, é preciso ir além das explicações teóricas de juventude. Faz-se necessário sobretudo entender as demandas práticas que elas apresentam e, a partir daí, desenvolver projetos adequados às suas necessidades.

Esta pesquisa reconhece a existência de diversos traços culturais distintos que caracterizam a juventude rural, mas desvendá-los além das aparências é tarefa para outro estudo, dada a complexidade e a diversidade de comportamentos e códigos apresentados pela categoria. Para não subsumir às diferentes realidades, conforme advertência de Bourdieu (1984), para este estudo considera-se o termo “jovens rurais” como os filhos de agricultores familiares rurais, e não a juventude rural em sentido amplo.

Também se faz necessário dizer que devido à diversidade que ocorre na atualidade, a definição de juventude tem sido estabelecida a partir de sua forma plural – juventudes – por conta das situações existenciais experimentadas pelos sujeitos nessa etapa da vida e dos diferentes contextos que estão inseridos. O distanciamento que havia entre a cidade e o campo não passa, hoje, de uma linha tênue em que as diferenças existentes não podem ser entendidas somente via dicotomia “rural primitivo” em oposição ao “urbano civilizado”. Isto não significa também que este “novo rural” representa melhoria de vida para a totalidade da população do campo.

Os jovens cultuam laços que os prendem, ainda, à cultura de origem, ao mesmo tempo em que percebem sua autoimagem refletida no espelho da cultura urbana. Estão situados em um entre-lugar pouco definido, com fronteiras difusas, um espaço preso ainda à família e à escola, mas aberto a um futuro incerto, um espaço entre o início da vida profissional e o casamento, entre a dependência e a autonomia econômica.

As pesquisas concernentes à juventude do campo apontam para um cenário rural de frequente migração para as localidades urbanas, devido sobretudo às dificuldades encontradas onde predomina a agricultura familiar. A preocupação acerca do futuro dessas áreas passa a ser, portanto, tema de debate do ponto de vista social e econômico no que se refere às políticas públicas.

A realidade dos jovens rurais no Estado do Rio de Janeiro

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relacionados ao Censo Demográfico 2010 indicam que há, na área rural, cerca de um milhão e duzentos mil homens a mais do que mulheres. Os jovens que permanecem no meio rural, na maioria das vezes, têm baixo nível educacional (ABRAMOVAY et al., 1998), com conseqüente impacto negativo no desenvolvimento agrícola. Por outro lado, o crescimento das cidades brasileiras se deve cada vez menos ao êxodo rural. No período de 1991 a 2000, as estatísticas apontam que 33,1% do crescimento da população urbana ocorreu devido à contribuição da migração rural-urbana, enquanto que no período de 2000 a 2007 houve decréscimo dessa estatística para 19,2% (ALVES e MARRA, 2009).

No contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o ambiente rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural se destaca como a faixa demográfica mais afetada por esta dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. Esta ambiência produz e reproduz sujeitos e sociedades heterogêneas, com pessoas de diversas identidades. É neste campo de disputa e de identidades distintas que se situa o jovem rural com suas metas, desafios e esperanças.

De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) (2020), existem no estado 44 grupos informais de jovens rurais, com cerca de 75% deles ligados à agricultura familiar (mesmo não possuindo a DAP). Sobre isso, destaca a EMATER-RIO (2020) que “em algumas situações, estes jovens são beneficiados indiretamente por meio da DAP emitida para os seus pais, como por exemplos, na comercialização para o mercado institucional e contratação de crédito rural”.

Do total de agricultores familiares pesquisados (1667), 105 eram jovens, representando 10% do número integral. No que tange ao universo absoluto de jovens agricultores no estado do Rio de Janeiro é possível observar que a maior concentração do grupo ocorre na Região Serrana, contabilizando 2.031 jovens. Na sequência, aparece a região Noroeste, com 18% (1.372 jovens rurais). Foram identificados no Norte 1.171 jovens, ao passo que na região Metropolitana somaram-se 1.076. No Médio Paraíba foram contabilizados 836 representantes da categoria, 730 nas Baixadas Litorâneas, e

462 no Centro Sul Fluminense (EMATER-RIO, 2020).

Somente 40,95% (43) dos 105 jovens agricultores familiares entrevistados são do sexo feminino. Este dado não surpreende, visto que a atividade agrícola familiar continua sendo predominantemente masculina. Em âmbito nacional, a diferença equivale aos números de agricultores e pescadores do estado do Rio de Janeiro anteriormente apresentados. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, no que se refere aos produtores jovens (menores de 25 anos), há grande desigualdade de gênero. Jovens produtores do sexo masculino são cerca de 75% do total analisado; o sexo feminino soma os 25% restantes.

Ainda quanto à desigualdade de gênero no ambiente rural, o mesmo Censo Agropecuário traz informações importantes acerca do grau de alfabetização dos agricultores. De acordo com os dados, o número de homens agricultores brasileiros que sabem ler e escrever entre os pesquisados (77,4%) é maior em relação ao número de mulheres (75,2%), o que revela mais um aspecto de desigualdade de gênero e de oportunidades no campo. Há ainda, de acordo com o mesmo Censo, um outro coeficiente digno de nota. Trata-se dos estabelecimentos rurais no Brasil com faixa de área menor que um hectare que apresentam proporção de gênero mais equilibrada, mas não igual: dois homens para uma mulher. Conforme a área do estabelecimento cresce, a proporção de homens para mulheres aumenta de forma exacerbada. Esse fator ilustra acertadamente a predominância masculina no campo.

É importante destacar que a hegemonia do sexo masculino nas áreas agrícolas muito provavelmente está associada ao patriarcalismo rural, marca histórica no campo, a qual contribui para a inferioridade de gênero nos núcleos familiares. Como ressalta Battestin (2009), essa subordinação contribui para o êxodo da juventude rural para a cidade, em especial o das mulheres, que não possuem grandes oportunidade no campo e vão buscar melhores condições de vida nas cidades. Esses aspectos afetam diretamente a continuidade da atividade rural pelos mais novos. Segundo Stropasolas (2006, p. 73), tal fato altera toda a estrutura da atividade agrícola familiar e assim “[...] modificam-se também as relações da pequena produção com a natureza, com o trabalho, com a família, com a terra e as relações de herança”.

Por mais que este quadro venha se revertendo lentamente, o papel social da mulher continua sendo atrelado ao cuidado, às atividades domésticas e à submissão ao homem, vieses que contribuem para o êxodo rural, assim como a falta de emprego e de renda no campo. Em suma, trata-se de um ambiente em que a mulher é vítima da violência de gênero. Todos esses fatores levam ao questionamento: quem sucederá a produção da agricultura familiar se os jovens continuarem sem oportunidades no campo?

A partir da pesquisa realizada com agricultores familiares e pescadores, por meio dos cadastros da DAP, é possível perceber o envelhecimento do grupo ativo dessa atividade. Entre os pescadores e os agricultores, a participação do jovem é mínima, não atingindo 11% em ambas as atividades. Em âmbito nacional, os números com relação ao envelhecimento dos produtores rurais não são diferentes. A desproporção de faixa etária é ainda maior quando se trata de administradores rurais, sendo que apenas 2% possuíam menos de 25 anos de acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017).

Quanto à cor dos jovens na agricultura familiar, 56,05,3% (51) se caracteriza como negro, termo que considera a junção de pardos e pretos. O mesmo ocorre entre os jovens pescadores, com 68% (17) dos declarantes pretos ou pardos. Em âmbito nacional, os números quanto à cor dos jovens rurais são mais parecidos com os dos jovens pescadores citados anteriormente. A maioria se declara branca (46%) ou parda (43%), seguida da cor preta (10%) e, por fim, amarelos e indígenas (IBGE, 2017).

Cumprе ressaltar que, ao assumirem a identidade negra, os jovens pesquisados ficam expostos aos reflexos discriminatórios do racismo estrutural da sociedade brasileira, como já levantado anteriormente. Para fugir disso, muitos tentam se enquadrar na categoria “pardo” (o que pode levar a uma subnotificação da categoria “preto”), dado a dificuldade que representa assumir-se negro em um país onde o racismo estrutural é forte e brutal, como é no Brasil.

Conforme o Mapa da Violência (2017), o perfil das principais vítimas de homicídio no Brasil é o do jovem negro com idade entre 15 e 29 anos. Só no estado do Rio de Janeiro, foram 3.576 homicídios de jovens nessa faixa etária no ano de 2017, com maioria expressiva de homens negros. Mesmo em espaços rurais, a cor preta carrega marcas históricas de violência contra a sua população, escravizada e

abandonada à própria sorte, principalmente com a proliferação do mito da democracia racial. Importante destacar que o campo se caracteriza por ser um espaço periférico e, por isso, acometido de outras discriminações e “violências simbólicas”.

No que tange ao estado civil dos jovens, é possível verificar que 29,89% dos entrevistados têm vínculo afetivo por meio da união estável ou do casamento (26). Contudo, 68,97% (60) encontrava-se solteiro e apenas 1,15% (1) jovem era viúva. Quanto aos jovens pescadores, a situação não é muito diferente, a maioria se caracteriza como solteiro, representando 62,50% (15) e 37,5% (9) tinham uma união estável. Verifica-se que os jovens rurais vêm retardando o matrimônio, seja para estudar ou para buscar a estabilidade financeira antes de constituir família. É necessário destacar que, entre as mulheres, o casamento é mais recorrente, o que aponta para um possível intuito de desvincularem-se da família parental (essa desvinculação acontece mais cedo nas mulheres do que nos homens), da submissão patriarcal ou, ainda, de ter mais liberdade individual.

A pesquisa de Battestin (2009) realizada no município de Anchieta, no Espírito Santo, registrou 83% solteiros, 16,5% casados e somente 0,5% separados. Nesta pesquisa, diferentemente, houve registro significativo de jovens em união estável. Entre jovens agricultores familiares e pescadores entrevistados, apenas um agricultor relatou ter filhos, dado este que pode ser identificado como positivo se analisado pelo prisma da diminuição da gravidez precoce na adolescência, muito comum quando jovens se casam ou constituem união estável demasiadamente cedo.

Quando se pensa em zona rural e/ou agricultura familiar, conclui-se de imediato que o casamento ainda seja utilizado como válvula de escape, principalmente no que se refere às mulheres quando em fuga do contexto de submissão. Para os pais, isso significa ter menos um membro na família para ser alimentado. Para muitos jovens, encontrar um parceiro é uma oportunidade de sair da casa dos pais e se mudar para outro espaço, já que os vínculos criados, na maioria das vezes, são com pessoas externas às comunidades.

No caso dos jovens pesquisados, pode-se afirmar que o casamento oficializado vem perdendo força, tendo em vista que a maioria vem optando pela união estável. Isso pode indicar duas situações distintas: a) existem muitos jovens receosos em institucionalizar suas uniões; e b) há muitos jovens solteiros. Esse dado vai ao encontro

da pesquisa de Abramo e Branco (2011), denominada Retratos da Juventude Brasileira, a qual constata que o casamento tem acontecido um pouco mais tarde na vida dos jovens, independente do sexo, aspecto que pode estar atrelado à busca por escolaridade e melhores condições de trabalho.

Nessa pesquisa de campo, a maioria dos entrevistados declararam possuir o ensino médio, correspondendo 55,93% (33) dos entrevistados, sendo que 27,11% (18) estavam cursando, pararam ou concluíram o ensino fundamental. Apenas 8,47% (5) dos jovens concluíram ou estavam cursando o ensino superior. Também é importante destacar que 3,39% (2) dos entrevistados participaram ou estavam participando do Programa Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA), os demais não souberam ou não responderam a questão.

Dado que converge com os estudos de Abramo e Branco (2011). Quando questionados se sabiam ler ou escrever: sete jovens agricultores (7,53% dos 93 que responderam esta questão) indicaram não saber.

Dentre os jovens pescadores, apenas 1 dos 30 não respondeu a esta questão, os demais indicaram serem alfabetizados. Ademais, podemos observar que a realidade dos jovens pescadores converge com a da agricultura familiar, visto que grande parte dos pesquisados possui o ensino médio. Todos os jovens pescadores sabem ler e escrever. Deste total, 25,93% (7) declararam ter estudado até o ensino fundamental e 70,37% (19) afirmaram possuir o ensino médio. Apenas 3,7% (1) possui ensino superior e um único jovem declarou possuir curso ou treinamento de qualificação profissional de nível médio voltado à atividade pesqueira (esse caso evidencia janela de oportunidade para oferta de cursos técnicos e treinamentos na área). Apesar de praticamente todos se autodeclararem alfabetizados (29 dos 30, 1 não respondeu se sabia ler ou escrever), 10% (3 jovens dos 30) não responderam até que etapa da educação formal conseguiram chegar. Cumpre ressaltar que os entrevistados pertencem à faixa etária de 16 a 29 anos, ou seja, muitos deles ainda se encontram em idade escolar e estão realizando seus estudos. Isso certamente pode justificar o percentual baixíssimo de indivíduos com ensino superior⁴.

⁴ Todos possuem idade igual ou maior a 18 anos, o que lhes permitiria estar cursando o ensino superior caso tivessem seguido uma projeção normal entre os anos da educação básica, e tivessem tentado e passado no vestibular.

Em sua maioria, os jovens estudados possuem mais de dez anos de ensino formal. Segundo Carneiro (1999), o grau de escolaridade entre os jovens rurais tem crescido gradativamente, mas ainda há evasão escolar significativa, principalmente daqueles que assumem a responsabilidade da terra, isto é, da produção agrícola da família.

Outra característica atrelada aos jovens agricultores refere-se ao fato de a maioria não possuir cursos ou treinamentos de qualificação profissional. Dos jovens entrevistados que responderam esta questão (53 de 105), apenas 13 (12,38%) possuem qualificação dessa natureza. Trata-se de um problema que reforça a necessidade de incentivos profissionais na zona rural, sobretudo para os jovens. A dificuldade de continuidade do estudo é, desde sempre, um desafio no espaço rural, muito por conta da distância dos estabelecimentos de ensino, da falta de transporte escolar ou mesmo da ausência de tempo para o estudo diante da necessidade de o jovem ter de contribuir para o sustento da família. Todos esses fatores precisam ser levados em consideração e ponderados no processo de elaboração de políticas públicas que busquem contribuir com a permanência do jovem no campo.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o grau de instrução dos produtores rurais em âmbito nacional não ultrapassa o antigo primário. Nesse caso, os dados citados anteriormente assemelham-se com os levantados sobre os jovens agricultores. Isso demonstra a baixa escolaridade desse grupo e reforça a necessidade de políticas educacionais para o meio rural.

Quanto ao tempo de atuação na atividade, de acordo com os dados levantados, a porcentagem dos jovens pesqueiros que atuam na área há mais de seis anos é de 75,86% (32), desses, 20,69% (6) atuam a mais de dez anos. Esses dados permitem supor que esses jovens em sua maioria nunca exerceram outras atividades profissionais por terem sido inseridos na atividade pesqueira ainda muito cedo, ocasionando a evasão escolar prematura.

Na agricultura familiar, o tempo de atuação na atividade é ainda maior, chegando a mais de 15 anos, representando o universo de 13,10% (11) dos jovens entrevistados. Isso revela a prevalência do trabalho infantil na zona rural do estado Rio de Janeiro (é importante ter em vista o público-alvo desta pesquisa: jovens de 15 a 29 anos). Sete dos jovens entrevistados (8,33% do total) afirmaram trabalhar há mais de

quinze anos, ou seja, começaram em suas atividades ainda quando muito crianças, com oito anos de idade ou menos.

Para 51,52% (51) dos jovens agricultores (99 de 105 responderam esta questão), a produção agrícola é a principal fonte de renda, e 64% (32) alegaram não ter outra atividade (50 de 105 responderam esta questão). Entre os pescadores, 90% (27) têm na pesca sua principal fonte de renda. O percentual de 15,38% (2) afirmou trabalhar no ramo da aquicultura, isto é, também na área pesqueira. E 76,92% (10) indicaram só ter a pesca como atividade laboral.⁵ Claro está o quanto a pesca é importante para esses jovens, daí a relevância de políticas públicas voltadas à capacitação e fomento da atividade, conforme já destacado.

De acordo com a EMATER-RIO (2020), apenas 9% (681) dos jovens rurais do estado do Rio de Janeiro se enquadram nos critérios exigidos para obtenção da DAP, sendo que 8% (621), estavam fora das normas exigidas para enquadramento. Contudo, 72% (5619) não informaram sua situação com relação ao documento. O acesso à DAP ainda é bem restrito no que tange à juventude rural, dado também identificado na totalidade dos agricultores familiares pesquisados, independente da faixa etária. Em síntese, pode-se afirmar que, no estado do Rio de Janeiro, apenas 11% (858) dos jovens rurais dispunham (no momento da pesquisa) de informações de sua DAP. Isso significa que apenas um pequeno grupo de jovens rurais conseguia acessar políticas públicas como o PRONAF, PAA, PNAE, dentre outras voltadas para a agricultura familiar. Por intermédio dos dados, é possível perceber mais uma vez a situação de invisibilidade dos jovens, uma vez que muitos deles fazem uso da DAP obtida pelos pais.

Também é possível identificar o desconhecimento em relação ao documento, pois mais de 70% dos jovens não informaram sobre a situação que exerciam em relação à DAP, seja por falta de conhecimento, seja por receio. Para esclarecimentos dessa questão são necessárias pesquisas futuras. De acordo com a EMATER-RIO (2020), a atividade com maior ocupação pelos jovens rurais no estado do Rio de Janeiro se concentra na bovinocultura leiteira, sendo responsável por 39% dos atendimentos realizados pela instituição no ano de 2019. Na sequência, aparecem a produção de hortaliças (18%), a cafeicultura (12%) e a fruticultura (10%).

⁵ Treze de trinta responderam esta questão sobre a execução de outras atividades além da pesca.

No que tange à fonte de rendas dos jovens, 62,07% dos pescadores possui ganho mensal de um salário mínimo, sendo que 10,34% recebiam menos de um salário mínimo e apenas 3,45% tinha a renda entre quatro e cinco salários. Dos jovens agricultores, 63,89% têm renda de um salário mínimo por mês e 15,28% têm ganho mensal inferior a esse valor. Os dados em questão seguem a tendência nacional. De acordo com o IBGE (2015), a renda mensal dos jovens brasileiros não ultrapassa dois salários mínimos. Em 2015, esse valor não excedia R\$ 1.800,00 mensais. O percentual de 43,8% recebia de um a dois salários e 8,2%, até um salário mínimo. Além disso, 6,1% da população jovem não possuía rendimento mensal e só 17,9% recebia mais de dois salários. Percebe-se que, transcorridos cinco anos, a tendência no meio rural continua similar à realidade nacional de 2015. Esse contexto aponta para a necessidade de incentivos de geração de emprego e renda, bem como para a urgência da valorização do jovem agricultor.

Por fim, é relevante destacar a questão do vínculo dos jovens agricultores com organizações sociais. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 579,5 mil estabelecimentos estão associados a cooperativas, representando aumento de 67,3% em relação ao Censo de 2006. O percentual de 71,2% dos estabelecimentos cooperados é do tipo agricultura familiar, com cerca de 410 mil estabelecimentos. No universo dos pescadores, 67,86% (19) dos jovens pesquisados têm vínculo com organizações sociais. Contudo ainda há 32,14% (9) não inseridos em instituições coletivas. Na agricultura, o número de jovens que não participam de organização social é ainda maior, alcançando 56% (38). Apenas 44% atuam coletivamente junto a uma instituição.

De acordo com autores como Stropasolas (2006), Wanderley (2007), Weisheimer (2009) e Spanevello (2008), a diversidade social da juventude rural evidentemente implica a elaboração de distintos projetos profissionais, que perpassam pelos estudos escolares, pela incorporação no mercado de trabalho e pela sucessão na agricultura familiar. Neste sentido, a realidade dos jovens agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro, quanto à expectativa de vida, baseia-se na busca por melhores condições de subsistência. No entendimento desses jovens, isso se traduz em morar na zona urbana, em especial na capital do Rio de Janeiro. Cria-se, portanto, uma fantasia (muito estimulada pela mídia televisionada) de que o êxodo rural é a única alternativa para a melhoria das condições de vida, para a obtenção de alguma ascensão social e

para a conquista de sonhos.

No contexto dos jovens agricultores rurais, o estudo é consequência. No entanto, a maioria deles pretende trabalhar, ganhar dinheiro e adquirir bens materiais. Esses jovens buscam também mais liberdade, visto que a disciplina e a autoridade das figuras paterna e materna são expressivas no seio familiar rural, sobretudo com as mulheres – problemática de gênero. Assim, o jovem rural, tal qual o jovem urbano, almeja ter mais privacidade, opções de lazer e cultura (frequentar bares, casas noturnas, shows e outras opções de lazer). Em síntese, pode-se afirmar que as expectativas dos jovens rurais estão, na maioria das vezes, associadas à busca por melhores condições de vida, o que os direciona para as cidades. Buscam também a construção de uma identidade sem estigmas, associada ao senso comum e entendida como “normal”.

Cabe refletir sobre os problemas enfrentados pela juventude rural, em especial agricultores e agricultoras familiares e pescadores. É preciso problematizar a carência de escolas nas zonas rurais, bem como a falta de oportunidades de trabalho e a invisibilidade a que estão sujeitos, fato que os impedem de ser protagonistas no campo. Não se pode permitir que esses jovens continuem na invisibilidade por estarem inseridos em uma classe estigmatizada e excluída, com seus direitos muitas vezes desrespeitados (inclusive por vias indiretas), sem educação e emprego, ocupando postos de trabalhos informais (muitas vezes precários) e sem estabilidade nem direitos trabalhistas. Não se pode permitir que a juventude rural seja incapaz de se desvincular de um ciclo geracional de desigualdade social e pobreza.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil do jovem morador do campo no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto foi primordial compreender o que estávamos destacando como jovem e considerar de forma plural o termo “juventude”, o qual deve ser compreendido em toda a sua complexidade, levando em conta questões da idade, ciclos de vida (ritual de passagem entre a fase da infância e a adulta) e as características comportamentais ligadas a diferentes grupos de jovens. Mesmo que para execução da pesquisa tivemos que ater ao critério de idade para realizar o recorte do público alvo dentro do banco de dados selecionado.

Foi possível identificar que a juventude rural do estado do Rio de Janeiro é constituída majoritariamente por trabalhadores(as) de cor preta e parda, com baixa escolaridade e quase nenhuma renda. Além da maioria das vezes serem enfatizados como coadjuvantes, até mesmo junto às políticas públicas destinadas à categoria. Além de serem estigmatizados em virtude de origens ligadas ao campo, bem como de fatores associados à classe social e à etnia.

É fundamental reiterar a desvalorização sofrida pela juventude rural, mesmo sendo eles os únicos possíveis sucessores das atividades pesqueiras e agrícolas familiares. Só no estado do Rio de Janeiro, mais de 70% da juventude do campo é ligada à agricultura familiar, atividade que possui grande parte dos seus executores na faixa etária adulta e idosa. Reafirmar o lugar do jovem no campo, com ações e políticas públicas sobretudo na área da educação (uma vez que esses jovens em sua maioria possuem baixa escolaridade), é extremamente importante para garantir a sucessão, a manutenção e o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar. Da mesma forma, se faz imperativo a elaboração de iniciativas que gerem emprego e renda para evitar a migração da juventude rural para as cidades. Essas iniciativas devem contemplar também ações que proporcionem lazer, assistência técnica e assistência social para que esses jovens possam exercer suas potencialidades no campo, com a expectativa de vida produtiva e prazerosa, sem que seja necessário para os jovens agricultores familiares e pescadores abandonarem o campo em busca de melhores condições de vida nas cidades.

Referências

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ALVES, E.; MARRA, R. **A persistente migração rural-urbana**. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, ano 18, n. 4, p. 5-17, out/dez. 2009.
- BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal Viçosa, Viçosa, 2009, 206p.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida**. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, p. 82-121, 1983.

BRASIL. **Presidência da República. Secretaria-Geral. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Brasília: Presidência da República, 2015.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

EMATER-RJ. **A Emater-Rio Trabalhando a Sucessão Rural**. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, sistema PCP Agrogeo, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Relatório econômico**. Brasília: Ipea; IBGE, 2009.

_____. **Atlas da Violência 2017**. IPEA: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30411. Acessado em: 11 de ago. de 2022. Re.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2006.

VIEIRA, R. S. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: os jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro.** In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. Juventude rural e perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21-34.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar.** 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.